



Imigrantes: mais que braços para o café, a constituição dos homens de negócio no interior paulista¹

Immigrants: more than arms for coffee, the constitution of business men in the interior of São Paulo

Eder Carlos Zuccolotto²

Resumo

Este artigo procura analisar uma nova perspectiva sobre a participação dos imigrantes no interior paulista. Acaba sendo recorrente associar a figura do imigrante, que chegou ao Brasil, como aquela que simplesmente esteve atrelada as fazendas de café, principalmente a presente no interior paulista. No entanto, existem casos que demonstram que o imigrante foi muito mais do que uma simples mão de obra rural, ele também acabou se tornando um empreendedor, um agente diferenciado, ou, como preferimos classificá-lo, um “homem de negócios”. O surgimento e desenvolvimento deste empreendedorismo somente são possíveis se concebermos o termo “homem de negócios”.

Palavras-chave: Homens de negócio; Imigrantes; Cafeicultores; Interior Paulista

Abstract

This work tries to analyze a new perspective on the participation of the immigrants in the interior of São Paulo, it is common to associate the figure of the immigrant who arrived in Brazil, like that figure that simply was tied to the coffee farms, especially those present in the interior of. However, there are cases that demonstrate that the immigrant was much more than a simple rural manpower, he also became an entrepreneur, a differentiated agent, or as we prefer to classify him as a Businessman. The emergence and development of this entrepreneurship is possible only if we conceive the term “businessman”.

Keywords: Businessmen; Immigrants; Coffee Growers; Paulista Interior

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Cadernos CERU, volume 25, número 2.

2 Graduado em História (UNICEP/2001); especialização em Gestão Educacional (CLARENTIANAS/2011); doutorando do PPG em Ciências Sociais da UNESP/FCLAr, Bolsista CNPQ, foi integrante do grupo de estudos sobre imigrantes coordenado pelo Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar). Contato: ederzucco@yahoo.com.br



Introdução

Trabalhar a questão do empreendedorismo no Brasil somente torna-se viável se concebermos o termo “homem de negócios”, associado por Fernandes (2010) primeiro aos cafeicultores. Mas, como veremos, nos casos aqui elencados, apesar de contribuírem para o desenvolvimento comercial e industrial, estes não constituíram uma regra geral, seja pela totalidade, seja pelo fato de que também participam deste processo alguns grupos de imigrantes.

Ao abordar a questão do café e a gestação do empresário, Martins (1978, p. 223) também chama a atenção para a questão do que ele classifica como habilidade empresarial. Segundo o autor apesar de toda a riqueza dessa temática, aos poucos ela foi se perdendo; frisa também que um dos poucos, senão o único, na sua perspectiva, que trabalhou essa linha foi Warren Dean (1971), que juntou duas linhas de interpretação: a da substituição das importações e da difusão da habilidade na gestão capitalista do capital.

Ao comparar a maneira como Dean (1971) e Cardoso³ (1972) analisam esta questão Martins (1978, p. 223) acaba identificado que o primeiro segue uma linha que valoriza de certa maneira uma ideia de difusão cultural. Já Cardoso (1972), acaba seguindo uma linha que valoriza os fundamentos históricos e sociais.

Desse modo, torna-se importante perceber quais as influências e contribuições que o café trouxe para o desenvolvimento de áreas empreendedoras, como a indústria e o porquê do seu estudo, a partir do interior paulista.

Foi a partir do século XIX, que o movimento da cultura cafeeira deslocou-se para o Estado de São Paulo, principalmente para o seu interior, é um momento que coincide com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (MARTINS, 1978, p. 224). Uma das consequências dessa mudança foi que os fazendeiros passaram a vivenciar novas relações de produção: o trabalho estava agora vinculado como fator de lucratividade calculável do capital. Embora em São Paulo o café tenha, por este motivo, favorecido o desenvolvimento capitalista, em outros lugares, isso não ocorreu com a mesma rapidez.

Entre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do interior paulista podemos destacar os seguintes: a urbanização, o imigrante e a ferrovia. Cada um deles tem ligação com a temática que debateremos em nosso texto.

1. Revolução Burguesa, cafeicultores e imigrantes

Para que seja possível abordar o imigrante como um eventual “homem de negócios” ou ainda como um “pré-burguês” no interior paulista, é crucial uma análise da obra *A revolução burguesa no Brasil* (2010), de Florestan Fernandes. Nela, o autor traça todo um caminho sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Antes de tratar propriamente da revolução burguesa, Fernandes (2010, p. 32) faz uma análise interessante sobre as visões que atestam para a sua existência

3 Segundo Martins (1978) foi quem fez a explanação pioneira sobre a questão do empreendedorismo industrial.



(ou não) no cenário brasileiro. Para o autor, existem aqueles que afirmam a existência da noção de burguês e burguesia “[...] com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam [...] o fluxo de suas atividades socioeconômicas [...]”. Na contramão existiam também aqueles que diziam que ambos não teriam existido no Brasil “[...] como se depende de uma paisagem em que não aparece nem o castelo nem o Burgo [...]”.

Cardoso (1972, p. 45) segue esta mesma linha utilizada por Florestan, quando analisa o desenvolvimento do perfil dos empreendedores numa economia subdesenvolvida: “[...] não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico [...]”.

Os atores desta revolução burguesa no Brasil são vistos por Cardoso (1972, p. 48) como participantes de uma camada industrial que “[...] concretiza um modo de organização da produção cujas características essenciais estão definidas por um jogo complexo de determinações gerais e particulares [...]”. O que reforça um caráter fora dos padrões tradicionais na construção de um novo modelo capitalista e, com ele, de uma nova camada social: a dos empreendedores industriais, os quais poderiam, como propõe este estudo, partir de uma matriz ligada aos cafeicultores ou aos imigrantes.

Para alguns críticos, o senhor de engenho não poderia se encaixar dentro deste perfil, pois, “[...] ele ocupa uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não poderia ser o antecessor do empresário moderno [...]” (FERNANDES, 2010, p. 32). Dentro desta perspectiva, é interessante que mesmo o excedente gerado pela produção, não é visto como “lucro”, na verdade ela constituía a parte que lhe cabia no circuito global, o qual era resultado dos acordos do pacto colonial.

Ao analisar esta perspectiva crítica, Fernandes (2010, p. 34) alerta para o fato de que a análise comparativa não cabe no cenário brasileiro, afinal não tivemos aqui um modelo feudal, ou a formação e caracterização de um burgo nos moldes europeus, assim como o burguês nas primeiras relações mestre *versus* artesão: “[...] o burguês, já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal, inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]”.

Esses dois modelos de burguês por ele destacados, permaneciam sufocados com o modelo colonial, pois encontravam entraves no escravismo, na dependência da grande lavoura colonial e no estatuto colonial; mesmo assim é interessante notar que o autor diz “sufocadas” e não excluídas ou inexistentes.

Ao defender que existiam condições para se pensar em uma “revolução burguesa” no Brasil, Fernandes (2010, p.38) ainda deparava-se com a necessidade de esmiuçar este processo. Para o autor, ela não constitui um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, pois “[...] se pode reproduzir de modos variáveis dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social [...]”.

Esta característica torna-se mais nítida quando Florestan analisa o estatuto colonial e as mudanças que sua extinção possibilita. No estatuto colonial, ou pacto



colonial, as decisões políticas, sociais e econômicas estavam diretamente ligadas aos interesses metropolitanos, ou seja, operavam de fora para dentro da sociedade colonial.

Assim o fim do estatuto colonial significou ganhos para os senhores rurais. Primeiramente, transformaram-se em senhores cidadãos e, nesta perspectiva, suas possibilidades de poder já não eram mais restritas ao domínio senhorial. Além disso, os privilégios sociais que desfrutavam colaboraram para a criação de uma fonte de solidariedade social, que permitiam vantagens nas associações políticas.

A independência contribuiu para que antigos padrões fossem alterados ou moldados para atender as necessidades das elites agrárias: “[...] os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizar a partir deles [...]” (FERNANDES, 2010, p. 83). Ou seja, se antes com o *status* colonial os senhores eram figuras secundárias, seus interesses estavam subordinados aos interesses metropolitanos; com a independência, eles ganham um papel de destaque, passando a controlar os rumos econômicos. Neste cenário, as relações comerciais ganham mais espaço e os senhores passam a experimentar novas possibilidades.

É evidente que o processo não ocorreu de forma abrupta. As idas e vindas, os avanços e retrocessos fizeram parte de sua constituição. Fernandes (2010, p. 106) inclusive aponta que as mudanças econômicas contaram com transformações de ordem cultural; este processo fica claro quando ele afirma que “[...] Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis [...], o ‘espírito burguês’ se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial [...]”.

Fernandes (2010, p. 128) destaca duas figuras importantes dentro desse processo: o fazendeiro de café e o imigrante.

O fazendeiro de café surge como o próprio autor define “[...] uma variante típica do antigo senhor rural [...]”, com uma interessante perspectiva: a de “[...] dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial [...]”. Quanto ao imigrante, este procurava “[...] a riqueza em si e por si mesma [...]”. Os dois possuem muitas diferenças, mas algo em comum: perceberam que existia uma transformação econômica em curso, fruto da ruptura com a antiga ordem senhorial. Nesse cenário, o fazendeiro aceitou e identificou-se com a dimensão burguesa que se apresentava; já o imigrante, como bem assinala o autor, como estava fora do contexto do tradicionalismo, acaba sendo impelido ao processo por interesses de teor espoliativo, extorsivo ou especulativo.

Fernandes (2010, p. 139) distingue dois tipos de personalidade presentes nos fazendeiros de café: “coronéis” ou “homens de negócios”. Como coronel, “[...] já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se como este, através do poder político gerado por sua situação econômica. No entanto, despojado do domínio [...] ele se via privado das compensações, da segurança e da autoridade do *status* senhorial [...]”. Nosso maior interesse está no outro tipo de personalidade que se forma, a do fazendeiro como “homem de negócios”, que destacamos a seguir.

Dentro do perfil de homens de negócios, os fazendeiros de café assumiram uma postura diferente: passaram a ocupar-se menos com os problemas financeiros e comerciais da fazenda. Para tanto, delegaram essa incumbência para subalternos e somente envolviam-se com essas questões em momentos críticos;



“[...] portanto, ele [fazendeiro] encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer depois que ela evoluíra para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre [...]” (FERNANDES, 2010, p. 141). Vale destacar ainda que, neste novo perfil, o cafeicultor assumia uma posição estratégica, em que o excedente ganho com a lavoura não se destinava apenas a ser aplicado nela (lavoura), mas também fora dela.

Outro autor que identifica as modificações e o crescimento das funções dentro das fazendas de café foi Sallum Junior (1982, p. 242). Para o autor, à medida que aumentava a massa do capital produtivo “[...] as funções diretivas do capital eram delegadas pelo fazendeiro a trabalhadores assalariados, concentrando-se ele nas funções do capital, não vinculadas ao processo de produção imediata [...]”.

Os cafeicultores carregavam consigo, pensando nessa nova perspectiva, uma mescla do novo, representado pelo fato de serem “homens de negócios”, e do tradicional, pois mantinham sua posição de proprietários rurais. Fernandes (2010, p. 142) identifica que esse momento “[...] infundia certa dignidade e grandeza às suas funções de ‘homens de negócios’, pois sendo também fazendeiro, ele não era um ‘homem de negócios’ qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da ‘tradição de família’ [...]”. É importante dizer ainda que seria este tipo de proprietário rural que esteve presente na implantação do regime republicano, ele foi “[...] o principal agente humano ‘ativo’ da revolução burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluído sentido político que esta teve, ao optar pela república e pela liberal democracia [...]”.

Para Cardoso (1969, p. 190) a contribuição destes “novos agentes” da economia ganha impulso, sobretudo, com a abolição da escravatura “[...] A nova fazenda de café do Oeste Paulista, ao contrário, ganhou impulso no período de declínio da escravatura, cujo golpe decisivo havia sido desferido pela proibição do tráfico negreiro em 1850 [...]”. O fazendeiro paulista passa então a importar mão de obra livre, alguns chegam inclusive a engrossar o quadro de abolicionistas, desta maneira “[...] Perdia sua condição de senhor para tornar-se um empresário capitalista [...]”.

Outro autor que avança nas questões relacionadas as transformações desta nascente burguesia foi João Manuel Cardoso de Mello (1982, p. 99) na sua análise “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial [...] o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador [...] quanto em seu segmento urbano [...]”.

O fazendeiro “homem de negócio” reveste-se, como relata Fernandes (2010, p. 144), de uma “mentalidade econômica tipicamente racional”. Mentalidade essa que contribuiu para modificar os fatores que configuravam a estrutura da situação de mercado e “[...] o ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos [...] mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de ‘defesa do café [...]’ (2010, p. 145-146).

Seguindo a esteira das transformações que vinham ocorrendo, Martins (1978) destaca como não menos importantes aquelas que ela classifica como “transformações das seções bancárias”. Em sua visão, o desempenho do papel bancário, nas últimas décadas do século XIX, coube a comerciantes e fazendeiros abastados. Ainda ressalta que não podemos esquecer de que as casas comissárias de



café tinham essa função, o que se comprova pelo número considerável de capitalistas que apareciam nos almanaques paulistas do século XIX, e que não deveriam ser deixados de lado.

O autor também chama atenção para o fato de que o surgimento destas instituições de crédito com o nome de banco, não poderiam ser classificadas como o início do sistema de crédito, mas sim como parte de seu desenvolvimento (MARTINS, 1978, p. 215).

Esse desenvolvimento pode ser notado por meio das análises que Martins (1978, p.225) faz acerca da experiência que esse grupo (de comerciantes e fazendeiros) herda ao dedicar-se às atividades bancárias. Tal prática habilitou-os a descobrir que a rentabilidade real do capital decorria do uso do capital pelo capital. A utilização capitalista do capital, na visão de Martins (1978, p.225), estava em uma dimensão maior do que apenas emprestar dinheiro a juros “[...] numa certa medida, isso teria permitido o aparecimento de uma atividade empresarial ‘pura’ [...]”.

Outro ponto que chama atenção está relacionado ao investimento que alguns cafeicultores realizam nas atividades industriais, segundo Mello (1982, p. 99) o final do século XIX marca boa parte dos investimentos nesta área “[...] ocorreu que entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem [...] uma taxa de rentabilidade esperada positiva [...]”.

Para Mello (1982, p. 101) o complexo cafeeiro foi responsável por um processo de acumulação de capital-dinheiro “[...] que se transformou em capital industrial e criou condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade de importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais [...]”.

Outra contribuição realizada pelos fazendeiros de café seria a mão de obra livre, e não apenas aquela destinada ao trabalho rural, segundo Mello (1982, p. 101) “[...] a existência de trabalhadores livres a disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador [...]”.

Percebe-se assim que o novo tipo de fazendeiro, com perfil de “homem de negócios”, não fica subordinado a ações que antes vinham do governo, como no período colonial, agora ele possuía uma maior participação nas decisões políticas e econômicas.

Passando para a perspectiva do imigrante, como homem de negócios, cabe ressaltar que o próprio Fernandes (2010, p. 153) identifica certa dificuldade em abordá-la, devido à grande diversificação das correntes migratórias e dos fatos que envolvem sua incorporação às economias internas. No entanto, em nosso texto, abordaremos certos elementos da situação dos imigrantes presentes na “[...] realização de suas carreiras ou nas influências construtivas que exerceram, seja para eliminar e aperfeiçoar, seja para substituir certos padrões obsoletos de vida econômica [...]”. De imediato, a presença do imigrante já representou um avanço na esfera capitalista comercial e financeira, gerando reflexos principalmente no mercado interno.

A presença dessa nova massa de trabalhadores (imigrantes) não representou apenas a substituição do antigo modelo de trabalho escravo, pelo de trabalho livre. Lógico que, com a introdução em larga escala do trabalho livre, o mercado interno



sofreu uma conseqüente expansão; todavia, o imigrante não ficou restrito apenas a ser mais um braço para as lavouras, muitos acabaram constituindo-se em “homens de negócios”. Sendo que a própria visão do estrangeiro de modo geral “[...] fazia parte da sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária. Considerações de *status* possuíam para ele escassa significação [...]” (FERNANDES, 2010, p. 156).

Ao longo dos anos, alguns imigrantes conseguiram participar mais ativamente da vida econômica. Contribuiu para isso a capacidade dessa nova classe de “[...] explorar as oportunidades econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical, com tamanha versatilidade ocupacional ou econômica [...]” (FERNANDES, 2010, p. 160). Outro ponto que chama atenção está no fato de que, apesar de ainda estar longe do topo, o imigrante já se configurava como um agente econômico da concentração de capital comercial e, aos poucos, ia assumindo os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado, que passava por um período de consolidação.

Mesmo nas fazendas os imigrantes conseguiram aos poucos algumas conquistas importantes, como a produção de produtos de subsistências; com o tempo esta produção passou a gerar até algum excedente “[...] este excedente era vendido nos núcleos urbanos, aumentando, pois, a capacidade de consumo do imigrante [...]” com o tempo alguns imigrantes aumentavam “[...] suas possibilidades de escapar da vida agrícola graças as economias acumuladas, que podiam, então, ser invertidas em pequenos negócios nas vilas e cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Cardoso (1972, p.49) afirma que esse período de consolidação também está inserido dentro do processo que leva à formação da ordem industrial-capitalista no Brasil. Fase que contribuiu para a constituição da camada empresarial, segundo o autor: “[...] tentamos compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mercado e sociedade [...]”.

Além do mais, o imigrante conhecia as possibilidades do mercado interno, quais as áreas que poderiam ser atacadas segundo um novo estilo. Para tanto, mobilizou capitais e promoveu arranjos comerciais, além de “[...] introduzir, na comercialização de produtos agropecuários, destinados ao consumo ou à produção industrial, técnicas empregadas na Europa, onde o capital comercial procedeu à concentração da produção artesanal [...]” (FERNANDES, 2010, p. 161).

Fernandes (2010, p. 161) confere uma importância muito grande aos feitos obtidos pelos imigrantes neste período de desbravamento da economia. Para ele, o imigrante tornou-se o principal agente econômico, que contribuiu para a substituição do modelo que privilegiava as importações. Foi um agente privilegiado nas fases iniciais da concentração industrial, sendo inclusive considerado como um “herói da industrialização”, que segundo Fernandes (2010, p.161) representou um marco na transformação estrutural que “[...] tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil [...]”.

Assim como dos fazendeiros que adotavam o estilo de “homens de negócios”, Fernandes (2010, p. 162) assinala a importância desta ligação relacionada ao trabalhador estrangeiro: “[...] o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou fortalecimento das referidas conexões



[...]. O que, de certo modo, contribuiu ainda para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos comerciais e para fortalecer as relações de comercialização e produção interna.

As pretensões dos imigrantes dentro desse processo, segundo Fernandes (2010, p. 166) assumem um caráter de tendências imediatistas. Ao tratar novamente o imigrante como “o principal agente econômico” do processo de formação e expansão do novo regime, observa que essa nova classe não tinha razões emocionais, materiais e morais que a impelisse a projetos econômicos de longa duração.

Convém ressaltar que o caminho que o imigrante percorreu para alcançar este posto de agente privilegiado da economia, foi alcançado a partir do preenchimento de três papéis construtivos da economia monetária:

[...] primeiro coube-lhe uma função primordial para a constituição de uma economia capitalista: a de constituir o agente original do trabalho livre [...] segundo malgrado sua condição de inicial de equivalente humano do escravo, o imigrante logo se erigiu no único elemento que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real [...] terceiro, o imigrante tanto concorreu para intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro, quanto ocupou uma posição central na canalização socialmente construtiva de suas influências dinâmicas, que faziam pressão sobre a diferenciação e a intensificação da produção destinada ao consumo interno [...] (FERNANDES, 2010, p. 169).

Alguns fatores que poderiam ajudar a entender o impacto da imigração sobre a expansão interna do capitalismo são levantados por Fernandes (2010, p. 170). Num primeiro momento, o autor discorre sobre a questão da tradição cultural. Em segundo lugar, Fernandes (2010, p. 171) identifica as questões de adaptação em que o cenário que o imigrante vivencia de desagregação da ordem escravocrata e senhorial não estavam relacionados a fatores psicológicos, mas sim a fatores psicossociais. Por último, Fernandes (2010, p. 172-173) sinaliza para a emergência dos imigrantes constituírem papéis econômicos novos e promoverem certos ajustamentos sociais. Eles não podiam competir com os senhores agrários ou com os fazendeiros (tanto “coronéis” como “homens de negócios”); contudo, possuíam um papel decisivo nesta nova ordem e cada vez mais o mercado interno e externo exigia a criação de novos papéis.

Para Cardoso (1972, p. 50), no entanto, não bastava perceber o processo apenas dos ângulos sociológico e econômico. Era preciso que esses fossem completados por meio de uma análise que destacasse as características sociais da camada empresarial brasileira.

A importância desse novo cenário que nasce pode ser percebido quando Cardoso (1972, p. 60) frisa que o processo de industrialização é o responsável pela transformação das antigas culturas, que segundo ele são afetadas em cinco setores fundamentais: sistema familiar, estrutura de classe e raça, valorizações éticas e religiosas, ordenação jurídica e conceito de Estado-Nação.

Voltando na figura do imigrante como homem de negócios, Martins (1978, p. 252) caracteriza que é a partir de 1890 que o trabalhador estrangeiro, principal-



mente o imigrante italiano, adentrou para o mundo dos grandes negócios; período que coincide com a entrada mais numerosa de imigrantes no país. Martins destaca ainda a presença desses imigrantes, neste primeiro momento, como ligados à atividades comerciais e bancárias:

[...] entre 1891 e 1905 foram registrados na junta comercial de São Paulo 42 novos bancos constituídos no período [...] desses novos bancos, 22 eram de propriedade de imigrantes italianos radicados no Brasil. Entre 1899 e 1905 foram fundados 23 novos bancos, dos quais 22 eram os referidos bancos de imigrantes italianos. Além disso, havia acionistas italianos em pelo menos três bancos de maioria brasileira, dois dos quais poderosos estabelecimentos de famílias tradicionais de São Paulo (MARTINS, 1978, p. 252).

O início do século XX é apontado por Martins (1978, p.254) como o momento de crescimento do imigrante como industrial. Fato que se confirma por neste período já existir em São Paulo 36 indústrias de imigrantes italianos na cidade, sendo a maioria na capital, onde praticamente imperava o padrão de organização da grande indústria. Essas indústrias reuniam em seus quadros mais de 3.500 operários; isso sem contar as pequenas oficinas de trabalhos, pequenas e médias fábricas e essas mesmas indústrias e oficinas que pertenciam a outros imigrantes.

2. Ascensão dos imigrantes no interior paulista

O desenvolvimento inicial dos principais centros cafeicultores do Oeste paulista, foram realizados por iniciativa de alguns grupos de fazendeiros do café. O que acaba reforçando os argumentos propostos por Fernandes (2010), sobre o desenvolvimento inicial da Revolução Burguesa no Brasil.

Para termos uma visão mais geral dessa ação, basta que observemos o trabalho de Holloway (1984, p.39), em que o autor aborda, por exemplo, o esforço dos cafeicultores na construção de um trecho de quatrocentos quilômetros que facilitariam o escoamento do café no trajeto compreendido entre Ribeirão Preto e Santos: “[...] A estrada de ferro mogiana, organizada e financiada por fazendeiros da área, começou a ser construída em Campinas, em 1874, e alcançou Ribeirão Preto uma década mais tarde [...]”.

Vale ressaltar ainda que tal esforço para dinamizar o escoamento da produção, tinha uma forte motivação econômica, a qual estava em diminuir o tempo e os gastos, que eram mutuamente mais elevados com as tropas de mulas. Desse modo, a ferrovia representou não apenas a modernização, mas o desbravamento de regiões pouco aproveitadas do interior paulista, como é o caso da região de Araraquara, que em 1895 teve o início da construção de sua estrada de ferro (conhecida como Araraquarense).

Assim, a região expandiu-se: “[...] possuía apenas três municípios em 1886, mas o número cresceu para 24 em 1920 e 36 em 1934. A Araraquarense incluiu novas áreas de desenvolvimento, tanto na década de 1920 como mais tarde [...]”



(HOLLOWAY, 1984, p. 41). A ferrovia servia aos interesses de dinamizar a produção do café, diminuindo perdas e tempo de transporte, mas não ficou restrita a isso, ela também promovia o transporte de pessoas e de outros bens; além do desbravamento de novas áreas, ou seja, acabou se tornando um importante instrumento de desenvolvimento.

Outra importante realização dos cafeicultores foi o desenvolvimento dos núcleos urbanos “[...] numa economia deste tipo é fácil de compreender que os núcleos urbanos passavam a exercer funções econômicas importantes [...] toda a distribuição das mercadorias necessárias ao consumo das fazendas faziam-se através das cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Torna-se, portanto evidente que as novas condições de exploração do café colaboraram tanto para a utilização da mão de obra livre, quanto para um maior desenvolvimento do mercado consumidor, ou seja, “[...] instigaram nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa [...]” (CARDOSO, 1969, p. 193).

O despreparo de muitos cafeicultores com a nova ordem, onde o trabalho livre do imigrante predominava, evidenciava a falta de preparo que muitos fazendeiros tinham em administrar uma nova realidade econômica. Holloway (1984, p.62) mostra um claro exemplo disso no fato de que eles (cafeicultores) não tinham muita noção de como remunerar os imigrantes, e de quanto estes estariam dispostos a assumir nos riscos de produção. Políticas e práticas como as do colonato, parceria, armazém e “caderneta” de gastos, são apenas alguns exemplos de mecanismos que ainda estavam afastados do modelo assalariado.

Com o tempo, graças a sua luta e favorecidos por políticas como as do governo paulista, os imigrantes foram vencendo barreiras e passaram a ocupar papéis de destaque no desenvolvimento econômico do Oeste paulista. Como bem frisou Fernandes (2010), eles são personagens importantes neste processo de transformação, seja na cidade, ou no campo, passaram a ter um papel de destaque. Holloway (1984, p. 212) afirma que no campo “[...] alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém, muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendas operadas por trabalho familiar começaram provavelmente como colonos [...]”.

São exemplos de imigrantes que obtiveram grande sucesso como proprietários rurais: Francisco Schimidt e Geremia Lunardelli. Holloway (1984) destaca que os dois casos são excepcionais, chegando a receber inclusive o título de Barões do café, fugindo inclusive às características presentes nos demais casos de imigrantes bem sucedidos com propriedades rurais. A região que mais se destacou neste quesito foi a zona Araraquarense; era a região que mais tinha fazendas em propriedade de italianos no estado de São Paulo.

Nos anos que se seguiram o aumento das propriedades rurais em mãos de imigrantes cresceu consideravelmente. A taxa de crescimento, por exemplo, entre os grupos de origem italiana, portuguesa e espanhola, eram superiores a 100 por cento, segundo dados de Holloway (1984, p. 229).

E foi nas fazendas, graças à participação dos imigrantes, que o processo de transformação teve grande impulso. Segundo Dean (1977, p. 154-155) a modificação do sistema de trabalho nas fazendas ocasionou uma diversificação na econo-



mia do Estado. A demanda de consumidores aumentava, e uma maior variedade de produtos se fazia necessária, as importações já não davam conta de sustentar esse crescente mercado; é neste ponto que muitos “[...] imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se dedicaram a ofícios. Pequenas indústrias se multiplicaram no interior de São Paulo [...]”. O autor (DEAN, ano, p.155) destaca como exemplo a cidade de Rio Claro, que se industrializou notavelmente, contribuindo entre outros fatores o favorecimento que sua posição ferroviária lhe conferia.

Voltando nossa atenção para o meio urbano, a inserção do imigrante como importante agente no desenvolvimento econômico encontra ainda mais subsídios que merecem nossa atenção. Dean (1971, p. 58) fornece uma interessante visão sobre a inserção do imigrante como comerciante no meio urbano: “[...] A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, muito embora explique a propensão deles para a manufatura, é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida [...]”.

Outros fatores que contribuíram para a inserção ainda maior de imigrantes como futuros homens de negócios foram as redes de relacionamento entre eles. Assim, aqueles que já estavam inseridos como homens bem sucedidos: “[...] os empresários tendiam a contratar ou ajudar pessoas oriundas de seus próprios países ou até vindos das mesmas cidades da Europa [...]” (DEAN, 1971, p. 61). As companhias europeias também viam nos imigrantes importantes instrumentos para o desenvolvimento das suas firmas. Desse modo, uma rede de confiança parecia legitimar esse apoio que conferiam a eles, sendo que “[...] alguns treinados pelas próprias companhias, passaram a vendedores ou técnicos, outros tinham tido contatos comerciais ou sociais anteriores. Considerações políticas, quando não sentimentos nacionalistas, aconselhavam o emprego de compatriotas [...]” (1971 p. 64-65).

Mesmo o caso de um dos maiores imigrantes-empresários, o do futuro Conde Francisco Matarazzo, contou com a ajuda de outros imigrantes em seu início em Sorocaba. Matarazzo constituiu uma das maiores fortunas de sua época; para cá trouxe além da família, conhecimento e certo pecúlio (dinheiro) e, “[...] amparado por outros comerciantes italianos, abriu pequena casa de comércio [...] os negociantes seus amigos lhe forneciam capital e ele principiou a derreter banha [...]” (DEAN, 1971, p. 69). No final do século XIX, o grande empreendedor mudou-se para a capital e lá seus negócios expandiram-se, tornando-o, como já frisamos um dos empresários mais bem sucedidos de sua época.

Existiam ainda casos de imigrantes que contavam não apenas com a rede de relações com seus conterrâneos. Alguns como é o caso de Alexandre Siciliano, Italiano que chegou a São Paulo em 1869, e que mais tarde veio a residir e iniciar empreendimentos em Piracicaba. Além das relações com outros imigrantes, Siciliano também contou com ascendência sobre fazendeiros da região, fruto de sua união com uma filha de um importante e rico fazendeiro. Em companhia de um irmão e de outro sócio produziu uma máquina de beneficiar café, o projeto deu certo e a empresa prosperou, mudou-se, então, para a capital e participou de muitos outros empreendimentos rentáveis na capital e em Jundiaí (DEAN, 1971, p. 83).

Se por um lado, possuir uma rede de relações e, algum capital ajudava em muito no sucesso dos imigrantes, que vieram a se constituir em empresários; vale destacar que possuir algum capital não era uma condição essencial para que o



imigrante viesse a se tornar um empresário, um homem de negócios. Tal fato pode ser mais claramente percebido quando tomamos os exemplos descritos por Barbosa (2006), em seu trabalho sobre a constituição do empresariado fabril da indústria calçadista da cidade de Franca no interior paulista.

Segundo o autor (BARBOSA, 2006, p.92), das 65 empresas registradas na cidade entre os anos de 1900 a 1945, mais da metade (36 delas, ou 55%) eram de empresários imigrantes de origem italiana. Ao citar nomes de imigrantes ligados a essas indústrias (como Pedro Spessoto, João Palermo, Salvador Mazzota, entre outros), o pesquisador faz uma interessante observação: “[...] estes e os de procedência espanhola, segunda comunidade estrangeira mais importante, eram todos homens de origem modesta [...]” (2006, p. 92). A procedência humilde desses homens não atrapalhou sua inserção na nascente indústria de Franca. Na verdade, o fator decisivo para o seu sucesso foram os conhecimentos adquiridos para a instalação de pequenas oficinas e comércios, que como bem citou Dean (1971), não eram características do incipiente espaço urbano paulista.

A produção manufatureira possibilitou, segundo Barbosa (2006, p. 105), a sobrevivência do saber e da habilidade como elementos importantes para a produção; o que, segundo ele, barateou o início do processo de industrialização em Franca. O que de fato possibilitou um maior acesso de imigrantes-empresários de origem humilde: “[...] nesse sentido, entendemos que o ofício, a habilidade manual, possa ser interpretado como uma porta de acesso ao ‘mundo empresarial’ e que a capacidade criativa constitua um aspecto relevante a explicar o êxito de empresários do setor [...]”.

A região de Araraquara/São Carlos também contou com a participação de imigrantes como empresários e donos de propriedades. Truzzi (2010, p. 118), ao fazer uma análise sobre o desenvolvimento das indústrias nessa região, sinaliza que o início das atividades industriais ainda estava ligado aos cafeicultores; por isso, voltadas para a produção cafeeira, como é o caso da indústria de beneficiamento de café. No entanto, mesmo este segmento, aos poucos, foi sendo explorado pelos imigrantes, como bem exemplifica o autor, citando um caso na cidade de São Carlos: “[...] em 1915, o maior estabelecimento comercial do gênero era o Engenho Victoria, de propriedade de Alexandre Masci, imigrante italiano [...]”.

Quando investiga a participação dos imigrantes no desenvolvimento da indústria em São Carlos, Truzzi (2010, p. 120) destaca que esse grupo ocupa posição de protagonista em qualquer ofício. Contudo, sobressai-se em dois tipos particulares de subindústrias: a de artigos de consumo popular e a fornecedora de produtos agrícolas, mesmo com a resistência de alguns. Essa indústria de “fundo de quintal”, tinha “[...] certo mercado garantido por saber tanto se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais [...] quanto selecionar para a manufatura artigos cuja relação peso ou volume tornam-se desvantajosa a importação [...]”.

Com o passar dos anos, surgiram novos setores, que foram sendo ocupados por imigrantes-empresários. Alguns já de maior expressão econômica, como é o caso da Serraria Santa Rosa, fundada por um imigrante português que, no ano de 1915, talvez fosse o maior estabelecimento industrial de São Carlos. Fato que pode ser comprovado pela serraria fornecer madeiras para a cidade, fazendas e também para as companhias ferroviárias. Além disso, a mesma contava com “[...] 400 juntas bois empregadas na tarefa de puxar madeira do mato em dire-



ção a algum ramal ferroviário. Para tal dispunha de 100 peões que trabalhavam nos campos com as juntas e outros 60 operários internos na própria serraria [...]” (TRUZZI, 2000, p. 121). Outras fábricas que possuíam volume representativo em São Carlos, no início do século XX, foram: as Indústrias Giometti, responsáveis pela fabricação de peneiras, rastelos, arames e pregos; e as indústrias Facchina, que produziam adubos orgânicos, ambas as fábricas pertenciam a imigrantes de origem italiana.

Rio Claro e Araraquara também possuem muitos casos de imigrantes que se destacaram como homens de negócios. Vale ressaltar, no entanto, que no caso de Rio Claro, a cidade tinha uma situação privilegiada por ser um ponto de cruzamento entre as Companhias Paulista e a Linha de Rio Claro (de bitola estreita). No início do século XX, a cidade contava com “[...] oficinas de construção de carruagem, selarias, serrarias, olarias, fornos de cal, uma fábrica de sapatos, tipografias, oficinas mecânicas. Estabelecimentos menores fabricavam massa, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, foguetes e gelo [...]” (DEAN, 1977, p. 155). Mais da metade desses estabelecimentos pertenciam a imigrantes.

Caso interessante de um imigrante que se tornou importante empreendedor na cidade de Rio Claro é o de Luiz Piccoli. Segundo Dean (1977, p.180), Piccoli chegou a Rio Claro como colono, no entanto, logo se mudou para a cidade, pois considerava que o trabalho na fazenda não fornecia condições, segundo ele [Piccoli] para “se ficar rico”. Esse imigrante progrediu realmente na cidade, comerciou com café e chegou a ter sete fazendas.

Com resultado da importância dos imigrantes em Rio Claro, Dean (1977, p. 182) sinaliza: “[...] Herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos; mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades, e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares [...]”.

No tocante a Araraquara, Corrêa (2008, p. 100 – 101) traz uma importante contribuição, quando investiga as famílias que, durante a segunda metade do século XIX, contribuíram de maneira efetiva para o desenvolvimento da localidade. Dentre elas vale destacar: os Borbas, descendentes de Joaquim Mariano Borba, comerciante que possuía armazém de secos e molhados em São Paulo, seu filho Cândido Mariano Borba, montou uma loja de fazendas e mais tarde tornou-se proprietário; os Soares de Arruda, que descendiam de Jesuíno Soares de Arruda, descendente de comerciantes portugueses, adquiriu fazenda em Piracicaba, montou comércio em Araraquara e São Carlos, adquirindo ainda fazenda em Furnas; por último, os Carvalhos, descendentes de Gabriel Antonio de Carvalho, natural de Lisboa, foi mascate e pequeno proprietário rural, no entanto, seu filho e neto acabam por destacar-se tanto como proprietários rurais, assim como líderes políticos da época.

O vínculo das famílias citadas com as propriedades rurais e com o comércio constituiu um processo de idas e vindas, o que já prenuncia que seu caráter empreendedor vai ao encontro da fala de Fernandes (2010), quando se refere a alguns grupos de fazendeiros e imigrantes contribuírem para o surgimento de uma Revolução Burguesa.

Corrêa (2008, p.111) chega inclusive a identificar essa característica. Para a autora existia uma parcela de investidores de pequeno capital que julgavam arris-



cado aplicar seu dinheiro em uma empresa tão incerta como a agrária, dedicando-se assim à atividade comercial: “[...] Tornou-se frequente a abertura de lojas de fazendas, de armarinhos e armazéns de duração efêmera, até que se completasse o capital necessário para a compra de uma terra [...]”. Correia (ano, p. 111) ressalta ainda que a compra da fazenda era condição necessária para a consolidação do capital e para a conquista do prestígio social.

Voltando nossa atenção para os imigrantes, na cidade de Araraquara, imigrantes de origem humilde transformaram-se em empresários de grande prestígio, como é o caso de Henrique Lupo. De origem italiana, Lupo chegou ao Brasil com os pais e inicialmente se dedicou ao ramo de relojoeiro; mas, na década de 1920, alcançou grande destaque no cenário industrial, ao iniciar de forma ainda simples, uma pequena fábrica destinada à produção de meias. Com o passar dos anos, a pequena fábrica prosperou e ainda hoje mantém de forma reconhecida suas atividades. Outros dados estatísticos mostram o quanto os imigrantes estiveram presentes em Araraquara: “[...] Numa relação de 48 pedidos de instalação de estabelecimentos industriais no período de 1910 a 1929, apenas seis eram brasileiros; 27 eram italianos e os restantes, espanhóis, turcos e poloneses [...]” (CORRÊA, 1967, p. 302).

Considerações finais

A transformação do imigrante em Homem de Negócio no Oeste Paulista norteou as análises realizadas neste texto. Por meio das características levantadas e das considerações de Fernandes (2010), a linha de raciocínio, que tratou o imigrante como empresário em potencial, ou como homem de negócios, ganhou significado. Lógico que não podemos descartar a participação dos cafeicultores dentro deste processo, eles contribuíram para o seu início, mudaram sua visão e constituíram, por assim dizer, também um espírito empreendedor, vindo a se tornar homens de negócios. Lógico que essa visão diferenciada não é uma característica que engloba um grupo muito grande tanto de cafeicultores como de imigrantes.

Vimos que o imigrante foi tratado como um agente diferenciado dentro do processo de desenvolvimento empreendedor no interior paulista. Para isso, uma série de fatores contribuem, como o fato de alguns já trazerem consigo certo pecúlio (capital), ou certo conhecimento, ou ainda uma rede de relações, enfim estes e outros fatores não são autoexcludentes. Na verdade, muitas vezes, eles trabalhavam em conjunto para aumentar as chances de sucesso do imigrante como futuro homem de negócios. Chama a atenção ainda que mesmo os mais humildes, acabaram constituindo negócios modestos, e que dependendo da localidade e do ramo, viram frutificar esses negócios.



Referências bibliográficas

Almanache álbum de São Carlos - 1894, 1905, 1915, 1916/1917, 1927 e 1928.

BARBOSA, Aguinaldo de Sousa. **Empresariado Fabril e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Editora Hucitec. 2006.

BRANDÃO, I. de L.; TELAROLLI, R. **Adio Bel Campanile – A Saga dos Lupos**. São Paulo, Global Editora. 1998.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo, Difel, 1969.

_____, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

CORRÊA, A.M.M. **História social de Araraquara 1817 a 1930**. São Paulo, FFLCR, Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). 1967.

_____, A.M.M. Araraquara – 1720 – 1930: **Um capítulo da história do café em São Paulo**. São Paulo, Cultura acadêmica. 2008.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**, São Paulo, Difel, 1971.

_____, Warren. **Rio Claro: um sistema de grande lavoura 1820 – 1920**. Trad. de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociologia**. 5ª edição, 4ª reimpressão, São Paulo, Editora Globo, 2010.

HOLLOWAY, T.. **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: O empresário e a empresa**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1974.

_____, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

SALLUM JUNIOR, Basílio. **Capitalismo e cafeicultura – Oeste-Paulista: 1888 –**



1930. São Paulo, Livraria Duas Cidades. 1982.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Café e Indústria São Carlos: 1850 – 1950.** São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.

Recebido: 13 abril, 2017.

Aceito: 29 abril, 2017.